

# PROGRAMA DE ACÇÃO DA J. S. N.

É o seguinte o texto do programa de acção da Junta de Salvação Nacional, dado a conhecer ao País no passado dia 26:

«Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre todos os portugueses de raças e credos.

Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática indiscutidas representantes do Povo português.

Considerando, ainda, que a substituição do sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz e progresso e o bem-estar da Nação, o Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do povo português e de que a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria e, fazendo uso da força que lhe é conferida pela Nação através dos seus soldados, proclamando e compromete-se a garantir a adopção das seguintes medidas, plataforma que entende necessária para a resolução da grande crise nacional que Portugal atravessa.

## A — MEDIDAS IMEDIATAS

1 — Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo provisório civil.

A escolha do Presidente e Vice-Presidente será feita pela própria Junta;

2 — A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) — A destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo e dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho do Estado, medidas que serão

acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de 12 meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte eleita por sufrágio universal directo e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório.

b) — A destituição de todos os governadores civis no Continente, governadores dos distritos autónomos nas Ilhas Adjacentes e governadores-gerais nas Províncias Ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular.

1 — Os governos-gerais das Províncias Ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais investidos nas funções de encarregados do Governo até nomeação do novo Governador-Geral pelo Governo Provisório.

2 — Os assuntos decorrentes dos governos civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo Provisório.

c) — A extinção imediata da D.G.S., Legião Portuguesa e organizações políticas de juventude.

No Ultramar, a D.G.S. será reestruturada e saneada, organizando-se como polícia de informação militar enquanto as operações militares o exigirem.

d) — A entrega às Forças Armadas dos indivíduos culpados de crimes contra a ordem política instaurada, enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento.

e) — Medidas que permitam uma vigilância e um «controle» rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro.

f) — A amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns os quais serão entregues ao foro respectivo e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos.

g) — A abolição da censura e exame prévio.

1 — Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão «ad-doc» para «controle» da Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema pelo futuro Governo Provisório.

h) — Medidas para a reorganização e saneamento das Forças Armadas e Militarizadas, G. N. R., P. S. P., G. F., etc.

j) — O «controle» de fronteiras será das atribuições das Forças Armadas e Militarizadas enquanto não for criado um serviço próprio.

j) — Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e a especulação.

## B — MEDIDAS A CURTO PRAZO:

1 — No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá de entre os seus membros o que exercerá as funções de Presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição.

a) — Os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções de Chefe-de-Estado Maior General das Forças Armadas, Vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Chefe do Estado-Maior da Armada, Chefe do Estado-Maior do Exército e Chefe do Estado Maior da Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado.

2 — Após assumir as suas funções, o Presidente da República nomeará o Governo Provisório civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se



Spínola, brigadeiro Jaime Silvério Marques e coronel Galvão de Melo. Nesta imagem falta apenas o general Diogo Neto, que na altura se encontrava em Moçambique

JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL — Da esquerda para a direita: capitão-de-fragata António Alva Rosa Coutinho, vice-almirante José Baptista Pinto Azevedo, general Francisco da Costa Gomes, general António de

identifiquem com o presente programa.

3 — Durante o período de execução do Governo Provisório imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional, para salvaguarda dos objectivos aqui proclamados.

a) — O período de execução terminará logo que de acordo com a nova Constituição política estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa.

4 — O Governo Provisório governará por decretos-leis que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente programação.

5 — O Governo Provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigará-se-á a promover imediatamente:

a) — A aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos;

b) — A liberdade de reunião e de associação. Em aplicação deste princípio, será permitida a formação de associações políticas, possíveis embriões dos futuros partidos políticos e garantida a liberdade sindical de acordo com lei especial que regulará o seu exercício;

c) — A liberdade de expressão e de pensamento sob qualquer forma.

d) — A promulgação de uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema;

e) — Medidas e disposições ten-

des a assegurar a curto prazo a independência e a dignificação do poder judicial.

1 — A extinção dos Tribunais especiais e dignificação do processo penal em todas as suas fases;

2 — Os crimes cometidos contra o Estado no novo regime serão instruídos por juízes de direito e julgados em Tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos. As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária.

6 — O Governo provisório lançará os fundamentos de:

a) — Uma nova política económica posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida o que necessariamente implicará numa estratégia anti-monopolista;

b) — Uma nova política social que em todos os domínios terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo mas acelerado da qualidade de vida de todos os portugueses.

7 — O Governo provisório orientar-se-á, em matéria de política externa, pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com bases na amizade e cooperação:

a) — O Governo provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8 — A política ultramarina do Governo provisório, tendo em aten-

ção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) — Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar;

b) — Criação de condições para um debate franco e aberto a nível nacional do problema ultramarino;

c) — Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

## C — CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 — Logo que eleitos pela Nação, a Assembleia Nacional Constituinte e o novo Presidente da República será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a acção das Forças Armadas será restringida à sua missão específica de defesa externa da soberania nacional;

2 — O Movimento das Forças Armadas convicto de que os princípios e os objectivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação dirige a todos os portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem com o seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, a curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as Nações.